

**DISPUTAS MADE IN ISRAEL: OS CONFLITOS ENTRE
A “NOVA” E A “VELHA” HISTORIOGRAFIA ISRAELENSE**

Paula Lima Gomes¹

Resumo:

O artigo discute os conflitos entre a “nova” e a “velha” historiografia israelense, que emergem com os Novos Historiadores nos anos 1980. Esse movimento cultural e político de revisão do passado num certo presente, representou no campo da História, a reescritura comum e não premeditada do relato historiográfico sobre a criação do Estado de Israel (1948), instaurando fissuras e conflitos de narrativas que permanecem presentes. Sendo este, o fenômeno *made in* Israel a ser estudado, enquanto fluxo de reescritura e disputa de sentidos que é, tendo como referência a história desse movimento e o duelo protagonizado por Benny Morris e Ilan Pappé.

Palavras-chave: Conflitos de narrativas. Reescrituras. Novos Historiadores. Israel.

Considerações iniciais

Inserido num movimento cultural e político mais amplo (SCHVARZMAN, 2013), os Novos Historiadores, como Benny Morris e Ilan Pappé, representam um agrupamento² de intelectuais israelenses, que produziram sem saber, uma revisão similar da história da Guerra de 1948 a partir do acesso à narrativa palestina e aos arquivos militares sionistas da época. Revisão essa, que para vários teóricos (CLEMESH, 2009; MORRIS, 2008; PAPPE, 2008) como Schvarzman (2013), buscava e busca “expor e criticar os fundamentos da constituição do estado sionista, onde a Guerra da Independência e o êxodo palestino se constituem como tema central” (p. 4) marcando um certo conflito como um todo.

15 de maio de 1948, criação do Estado de Israel. Para o movimento nacional judaico (sionismo), independência, para os palestinos, tragédia (*nakba* em árabe), para muitos autores (CLEMESH, 2009; GOMES, 2001; MORRIS, 2014; PAPPE, 2008; SAID, 2012), um marco do conflito Israel-palestino³ e para todos, um período da história, que desde a década de 1980, se encontra em uma disputa particular envolvendo conflitos de narrativas *made in*

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: paulakahlo@gmail.com.

² Agrupamento que nenhum dos autores estudados (CLEMESH, 2009; MORRIS, 2008, 2014; PAPPE, 2008, 2014; SCHVARZMAN, 2013) elencam todos os seus membros.

³ Conflito Israel-palestino, nessa configuração, é um conceito desenvolvido ao longo de uma pesquisa, baseado na ideia de que a vanguarda desse conflito é o Estado de Israel e a resistência do povo palestino.

Israel. Sendo esta, a razão de estudar tal fenômeno neste trabalho enquanto fluxo de reescrituras (GROYS, 2010) e disputas de sentidos que é.

Desse modo, revisar a história dessa guerra, é também, revisar a história de um conflito e dois povos – entendidos assim por cada um –, revelando questões não resolvidas, como o problema dos refugiados e ressignificando outras tantas, que envolvem sobretudo, as consequências da guerra para os palestinos e a significância da mesma na historiografia israelense (SCHVARZMAN, 2013). Ponto que aqui será estudado e que Ilan Pappé (2008) diz fundamentar três mitos da Velha História como se verá: [1º] a iminência de um novo Holocausto; [2º] a responsabilidade palestina por seu próprio êxodo [3º] e a abertura à paz por parte dos sionistas.

Dito isso, pode-se perceber, que a disputa em torno dessa história, envolve narrativas em torno de um conflito e um conflito em torno de narrativas, sendo estas, representações e produtoras do mesmo como se discutirá. Pois além de textos, aqui também se luta por terras, ou melhor, se luta pela constituição de Estados independentes que querem reconstruir a antiga Judéia para os hebreus (antepassados dos judeus) e a histórica Palestina para os filisteus (ou palestinos), como se esta fosse a razão e/ou solução (MORRIS, 2014) do próprio conflito.

Do geral ao específico

No artigo “Israel: Nova história e cinema pós-sionista”, a autora Sheila Schvarzman (2013) apresenta o agrupamento aqui estudado, reconhecido por sua especificidade no campo da História, como um movimento dentro de outro, enquanto parte de um fenômeno maior que envolveu a intelectualidade israelense a partir dos anos 1980 num determinado contexto. Pois, para ela, este movimento cultural e político, que busca repor questões centrais do conflito, emergiu num momento marcado pela divisão ideológica entre nacionalistas e pacifistas em Israel (VIDAL apud SCHVARZMAN, 2013) e pelo contexto adverso da época, diante da repercussão sobre certos fatos: Guerra do Líbano (1982), massacre de Sabra e Chatila (1982)⁴ e primeira revolta palestina, conhecida como intifada (1987). Voltando a manchar a imagem

⁴ Operação militar israelense sobre os campos de refugiados palestinos no Líbano (Sabra e Chatila), que ganhou muita repercussão na época por sua magnitude: 3 mil mortes em 3 dias (15/09/1982 à 18/09/1982), em meio a expulsões e assassinatos indiscriminados além de saques e torturas (HIROKAWA, 19--).

de um Estado, que segundo Finkelstein (2001), tentava se recuperar das primeiras críticas e censuras internacionais por consequência de seus atos.

Já numa leitura particular, é nesse momento que acontecem dois fatos específicos e determinantes, segundo Clemesha (2009), Pappé (2008, 2014) e Schvarzman (2013), para a constituição do movimento em questão: aproximação dos intelectuais israelenses e palestinos e abertura dos arquivos militares sionistas da década de 1940. Pois, assim como o contexto suscitava reflexões, uma vez que a política de Israel passava a ser questionada, também haviam especificidades como essas, que corroboravam com o movimento de questionamento, na medida, como se verá, em que o global alimentava o específico e vice-versa.

Eu comecei a me interessar pela história oral em geral em minha graduação na Universidade Hebréia [em Israel]. E em meus estudos de graduação, em meados da década de 1970, eu me encontrei com muitos estudantes palestinos. E foi deles que, pela primeira vez, eu ouvi que há uma outra perspectiva para a história da Palestina [e de Israel] em seu conjunto. E isso, de fato, me empurrou no caminho de fazer mais pesquisas com esse foco como parte da minha carreira acadêmica. (PAPPE, 2008, complemento meu).

Foi assim que Pappé, um dos Novos Historiadores, começou a se aproximar dos intelectuais palestinos, assim como aconteceu com outros membros desse agrupamento, composto por pesquisadores nascidos e graduados em Israel, com trabalhos desenvolvidos no exterior – e as vezes restritos a ele – e obras inéditas em seu país (SCHVARZMAN, 2013), que oscila, como se verá, entre a aceitação e a rejeição de seus postulados (PAPPE, 2008). Até então desconhecida entre a intelectualidade israelense, passa-se a ter, com essa aproximação acadêmica, acesso a narrativa oral palestina e a história palestina como um todo, conferindo legitimidade sobre algo duplamente pouco aceito na época: a visão palestina sobre os fatos e o testemunho como fonte.

Teddy Katz, estudante do departamento de História no Oriente Médio da Universidade de Haifa (Israel), demonstrou em sua dissertação⁵, a existência de massacres de palestinos perpetrados pelas tropas da organização paramilitar sionista, *Haganah*. Com 135 entrevistas no total, Katz conseguiu, segundo Pappé (apud CLEMESHA, 2009), superar suspeitas e processos de deslegitimação sobre a narrativa palestina que ocorriam em Israel. E como conseguiu isso? Buscando “testemunhos do massacre não apenas entre as vítimas palestinas,

⁵ Intitulada, segundo Clemesha (2009): “O Êxodo dos Árabes dos Vilarejos ao Sul do Monte Carmel”.

mas entre os militares judeus que participaram dos acontecimentos” (CLEMESH, 2009, p. 10). O que está ligado, portanto a abertura dos arquivos militares sionistas da década de 1940, em Israel e na Grã-Bretanha – mandatária da Palestina de 1917 à 1948 –, que ocorrem a cada 30 anos. Sendo o primeiro, o país de origem dos Novos Historiadores e o segundo, uma das principais rotas acadêmicas dos intelectuais israelenses e palestinos.

Desse modo, além do acesso à narrativa da “vítima” (SCHVARZMAN, 2013), ainda mais ampliada no exterior⁶, passa-se a ter acesso aos relatos dos perpetradores (SIVAN apud SCHVARZMAN, 2013), uma vez, que dentre os arquivos abertos, haviam diários de ex-combatentes sionistas como Ben Gurion – futuro Primeiro Ministro de Israel –, confirmando o que os palestinos diziam por um lado e mostrando as ações sionistas por outro, ou seja, “as ações da perspectiva de quem as praticou” (SCHVARZMAN, 2013, p. 14). O que no ponto de vista israelense, parecia particularmente relevante, na medida em que atestava a veracidade do relato palestino e contradizia o que se dizia e entendia em Israel, como relata Pappe (2008):

De repente, me dei conta que havia uma história de 1948 que é a história formativa tanto de palestinos como de israelenses. A qual é a base do conflito entre os israelenses e os palestinos. E que, como um israelense educado, que já tinha um grau universitário, eu sabia muito pouco do que tinha acontecido no ano mais importante da história de nosso país. E desde então, ou seja, do início da década de 1980, eu tenho que admitir que me tornei obcecado por 1948, porque eu acho que é como um estadunidense que retorna a 1776 ou a 1865 e ele sentiria que sabe muito pouco sobre aquele ano. E o que ele sabia estava tudo deturpado. É um forte choque. É um trauma em muitas maneiras. Não importa se você é ou não acadêmico. Bem, o que encontrei que era tão contraditório com o que eu tinha sido educado?

É isso que se pretende mostrar nesse artigo, lembrando, como sintetiza Schvarzman (2013), que as principais contribuições da Nova História foram: [1] alteração na percepção israelense sobre a existência dos palestinos; [2] reconhecimento da tragédia palestina e [3] alteração da visão israelense sobre a Guerra de Independência (1948). O que segundo Morris (2008), mais um dos Novos Historiadores, abalou a tradicional narrativa israelense na época, estabelecendo conflitos de narrativas sobre narrativas de um conflito.

⁶ “Em Oxford [Grã-Bretanha] encontrei ainda mais estudantes e colegas palestinos. De certo modo, os palestinos estavam mais liberados para falar de sua própria perspectiva, em comparação com os que tinha conhecido na Universidade Hebréia. E conheci vários acadêmicos palestinos, entre eles Edward Said e outros. (PAPPE, 2008, complemento meu).

Conceitos basilares

Disputar sentidos é o que a “nova” e a “velha” historiografia israelense parecem fazer, mas antes disso, existem elementos que preconizam essa ação e precisam ser conceituados enquanto produtos que originam essa disputa. Logo, antes de apresentar as histórias em conflito, é necessário conceituar dois elementos: os conflitos de narrativas e os processos de reescritura. O primeiro, partindo de Fernando Resende e Roberto Robalinho (2014) e o segundo, de Boris Groys (2010).

Para Walter Benjamin (1994), narrar, que é o que os Novos Historiadores fazem e têm acesso, seria basicamente “a faculdade de intercambiar experiências” (p. 198). Mas narrar, nesse conflito, parece ser a ação de criar os elementos de uma disputa *made in* Israel, ou seja, a ação de criar o que Resende e Robalinho (2014) chamam de “narrativas de conflito”.

Este artigo parte de uma pesquisa sobre narrativas de conflito, na qual o conflito Israel/Palestina é pensado como deflagrador da problemática da fronteira como lugar de relação e de delação do próprio conflito (RESENDE, ROBALINHO, 2014, p. 3, destaque meu).

Desse modo, entender o conflito como elemento adjetivador da narrativa que o é, diz respeito, para começar, ao tipo de narrativa que a “nova” e a “velha” história representam. Pois tanto uma como a outra, estão presentes no “lugar de relação e de delação” (RESENDE, ROBALINHO, 2014, p. 3) do conflito Israel-palestino como os autores se referem. Por outro lado, essas histórias também dizem respeito ao lugar de representação e produção do conflito propriamente dito, como será desenvolvido nesse trabalho. Sendo este, o lugar dos conflitos de narrativas em questão.

Inicialmente pensado antes do conhecimento do termo anterior, conflitos de narrativas portanto, se refere a esse duplo lugar que é e não é o conflito propriamente dito. Pois apesar da narrativa, enquanto representação que é, não ser o conflito em si, uma vez que ela nunca poderá ser a coisa representada, ela também o é, já que o conflito só pode ser percebido ao se tornar objeto de representação, ou seja, ao se materializar enquanto narrativa. Isto posto, vale dizer, que os conflitos de narrativas aqui tratados, possuem dimensões e consequências sobre textos e sobre terras. Compondo assim, as duas tragédias de Nasser (2012):

A tragédia palestina é territorial na medida em que uma outra pretensão – mais forte, mais estruturada e mais relevante no que se poderia chamar de jogo das nações – reclama o domínio não partilhado da terra. Mas é também uma tragédia da negação e, em certo grau, de invisibilidade: a narrativa palestina é gradualmente apagada, escondida e suplantada por outra que lhe faz concorrência e, ao mesmo tempo, a substitui por representações reducionistas e caricaturais. (p. VIII).

Dito isto, narrar aqui, parece ser intercambiar e sobrepor experiências na tentativa de vencer, o que Resende e Robalinho (2014) definem como um “processo de resistência e de invenção de si frente à violência [material e simbólica] do outro” (p. 5, complemento meu). Ademais, além de narrativas de conflito e conflitos de narrativas que são, a “nova” e a “velha” história de Israel, também estão ligadas a processos e fluxos de reescritura como discute Boris Groys (2010).

Frutos de uma ação, as narrativas portanto, são produtos que se fazem presente no presente. Mas além dessa presença, as narrativas para Groys (2010), são produtos do tempo inseridos num fluxo dialético e reprisado de escrituras e reescrituras num permanente *déjà vu* (GROYS, 2010). Sobre fluxo dialético, entende-se: duplo movimento de reescritura das narrativas historiográficas do conflito, em que o passado e o futuro corrompem (DERRIDA apud GROYS, 2010) o presente (relação moderna), assim como o presente (GROYS, 2010) também os corrompe (relação atual). E sobre fluxo reprisado, entende-se: movimento que dá a sensação de repetição eterna e não histórica do próprio presente (GROYS, 2010), devido à falta de perspectiva que ronda a contemporaneidade e o conflito em questão.

Quando a Nova História emerge, com todo o seu movimento de revisitar as origens de Israel (SCHVARZMAN, 2013) e reescrever sobre elas, o que se tem, são elementos do presente – como a narrativa oral palestina e os arquivos militares sionistas –, corrompendo as representações do passado e do futuro num determinado momento. Demonstrando, para começar, a relação atual com o tempo que Groys (2010) descreve: agora, o presente deixa de ser um “ponto de transição” e se torna um lugar de reescritura do passado e do futuro, como se ele próprio os corrompesse e como se vê nesse conflito de narrativas.

Por outro lado, quando o *establishment* acadêmico e político de Israel, que rejeitava os postulados dos Novos Historiadores, passa a rever a sua posição, aceitando o “esqueleto” (PAPPE, 2008) do que propunham na década de 1990 como se verá, pode-se dizer que há uma corrupção do presente (posicionamento) a partir do passado (narrativa). Estabelecendo assim, a relação moderna com o tempo que Derrida (apud GROYS, 2010) conceitua, como

também se vê nesse conflito. Todavia, com o fim do Processo de Oslo e a deflagração da segunda intifada nos anos 2000, há um retorno da repulsa sobre a Nova História – já não tão nova –, demonstrando outro presente corrompendo passados e futuros. Dando então, a sensação de repetição eterna e não histórica do conflito, enquanto fluxo reprisado que é.

O que resulta, para finalizar, na falta de perspectiva sobre o nosso tempo e, nesse caso, sobre o próprio conflito em si, uma vez, que ambos parecem empacados no presente como diz Groys (2010), “na medida em que ele se reproduz, sem levar a futuro algum” (p. 122), obstruindo projetos, planos e esperanças, a ponto de torná-los inoportunos e desatualizados, mesmo que em alguns momentos, ele pareça reversível por forças quase superiores: exército israelense e predestinação judaica de um lado e *Allah* e resistência palestina de outro.

Desse modo, além de narrativas de conflito e conflitos de narrativas, a “nova” e a “velha” história de Israel, estão ligadas a todo um fluxo de reescritura, que talvez seja anterior a própria existência desse movimento, que ainda não se findou como mostra Pappe (2008) e Schvarzman (2013). E é isto, que será discutido agora.

Novos Historiadores e seus conflitos

Segundo Ilan Pappe (2008), o agrupamento em questão, passou por dois giros de 180º em termos de recepção e produção, o fazendo retornar ao seu lugar de origem com base em três momentos que o autor elenca cronologicamente na história da Nova História: [1º] um momento interno de repulsa no início dos anos 1980; [2º] um período de abertura interna na década de 1990 ligado a repercussão externa positiva existente e [3º] o retorno da repulsa interna inicial nos anos 2000⁷. Pois para ele, esse é um assunto difícil de se tocar em Israel, ainda nos dias de hoje:

Ele [israelense] olha o livro e fica aterrorizado com o que aquilo significa para ele. Porque muitos deles sentiram, equivocadamente em minha opinião, eles sentiram que, se eu estiver certo, eles terão sérias dúvidas morais sobre seu direito a estar aqui. Eu creio que é isso o que realmente os aterroriza. Eles não querem tratar disso. Eles prefeririam voltar a sua própria ideia de moralidade, que é: se você é poderoso e forte, então, você também é moralmente correto. Se eu tive sucesso ao expulsar alguém, isso

⁷ O que ocorreu em momentos de intensificação e esfriamento do conflito: [1º] Guerra do Líbano (1882), Sabra e Chatila (1882) e primeira intifada (1987-1993); [2º] Processo de paz de Oslo (1993-1999) e [3º] colapso de Oslo (2000), construção dos muros na Cisjordânia (2002-actual), segunda intifada (2000-2005), entre outros.

significa que ele estava errado. Eu não quero entrar na questão que essa expulsão significa, o que significa que as vítimas dos alemães estejam vitimizando outros, o que significa que os sobreviventes do holocausto estivessem causando tão terrível catástrofe para o povo palestino. Eles não querem lidar com essas questões. Eu sinto que, e talvez a gente fale sobre isso mais tarde, eles terão que lidar com elas. (PAPPE, 2008, complemento meu).

Mas o que eles produziram de tão aterrorizante? Focados na história da década de 1940, os Novos Historiadores, que faziam parte de todo um movimento cultural e político israelense (SCHVARZMAN, 2013), promoveram, mesmo sem premeditação, a polarização da narrativa historiográfica de Israel em Velha História e Nova História. Estabelecendo assim, um conflito de narrativas entre as narrativas de um conflito como se verá.

Na Velha História, ou no “relato historiográfico tradicional” (SCHVARZMAN, 2013) – ou “tradicional narrativa sionista” (MORRIS, 2008) –, a Guerra de Independência (1948) é representada como uma batalha heróica, entre Davi e Golias, onde o povo judeu, pequeno, mal armado e corajoso (Davi), reagiu e superou aos ataques surpresas do numeroso, potente e bem armado exército das nações árabes (Golias). Gerando, desde essa época (PAPPE, 2008), “submitos” que sustentam o mito da iminência de um novo Holocausto⁸: [1] o exército de Israel é invencível e [2] o povo árabe é primitivo, misterioso, covarde e perdedor.

Ao contrário dessa mítica, os Novos Historiadores como Benny Morris, constataram que os sionistas possuíam bons armamentos e se eram menos numerosos por um lado, por outro, estavam mais bem treinados pois haviam tido experiências militares anteriores. Além disso, também contavam em 1948, com o apoio político estadunidense e o apoio diplomático e militar dos russos. Os árabes por sua vez, segundo a Nova História (SCHVARZMAN, 2013), não tinham treinamento, não sabiam operar os equipamentos – majoritariamente ultrapassados – e não se entendiam pois vinham de várias nações.

Em relação a outra questão da Guerra de Independência (1948) a Velha História diz: foram os árabes, contrários ao Estado de Israel e a partilha da terra em disputa, que invadiram a nação judaica e incitaram a migração palestina durante esse período, com o argumento de protegê-los da guerra e com a promessa de poderem retornar após a vitória dos árabes e a destruição de Israel. Dito isto, nessa perspectiva, “não haveria problema palestino, já que se partia do entendimento de que [os refugiados palestinos] são árabes e como tal deviam ser

⁸ Pois nessa perspectiva, é isso que todos os judeus podem sofrer a qualquer momento.

acolhidos por seus ‘irmãos’.” (SCHVARZMAN, 2013, p. 4, complemento meu). Sendo este, o segundo mito da Velha História que Ilan Pappe (2008) elenca: a responsabilização palestina por seu próprio êxodo.

Na Nova História por sua vez, a questão, que é tratada de outro modo, levanta um dos maiores conflitos de narrativas *made in* Israel: houve uma política deliberada de expulsão dos palestinos que Pappe (2008) chama de “limpeza étnica”⁹? Com a abertura dos arquivos sionistas já citados, Benny Morris, que reescreveu a sua reescritura sobre isso, revisou a questão chegando as seguintes conclusões em 1980 (SCHVARZMAN, 2013), como fizeram outros historiadores: [1º] 70 mil palestinos saíram voluntariamente das suas terras; [2º] Israel anexou 1/3 do território palestino segundo a partilha da ONU (1947) e [3º] este Estado praticou “uma deliberada política de expulsão” que promoveu a saída de 700 mil palestinos em 1947 e 1948 (CLEMESH, 2009). O que desnuda por fim, o terceiro e último mito sionista (PAPPE, 2008): Israel sempre foi favorável a paz.

Não acho que desalojar populações seja positivo nem moral. Às vezes, em certas circunstâncias históricas, despejos ou expulsões, são necessários se você quiser viver. Em outras palavras, se a escolha for entre você ser morto e o outro ser desalojado, prefiro que o outro seja desalojado a eu ser morto. Se esta for a escolha.” (MORRIS, 2014).

Dito isto, pode-se dizer, que apesar das dissonâncias e disputas existentes, a Nova História levanta questões, que no mínimo, abalaram e continuam abalando a percepção israelense sobre a Guerra de Independência (1948) e sobre a tragédia e existência palestina como um todo. Estabelecendo por fim, conflitos de narrativas em torno das narrativas do conflito, pois mesmo que os “novos” e “velhos” historiadores busquem a hegemonização de sentidos, ela nunca foi – e talvez nunca será – plenamente alcançada.

Conclusões preliminares

⁹ “(...) operação cujo objetivo final é o movimento de um grupo gerado por outro. Ninguém pode negar o fato de que metade da população palestina foi expulsa, que metade das cidades e aldeias palestinas foram destruídas, que os palestinos perderam a Palestina porque o sionismo criou o Estado judeu. E isto é, mesmo na definição mais conservadora, um ato de limpeza étnica”. (PAPPE, 2014).

Como Pappe (2008; 2014) e Schvarzman (2013) pontuam, os conflitos de narrativas das narrativas de conflito – ambas *made in* Israel –, continuam existindo sem teto para se findarem. Desse modo, por mais que o agrupamento em questão inexistia, o espírito original dos Novos Historiadores parece persistir, enquanto processo contínuo de reflexão sobre a história da criação do Estado de Israel e da emergência do problema Israel-palestino. Pois revisitar, revisar e disputar sentidos sobre isso, é, para os israelenses, refletir sobre a sua própria existência conflituosa desde o princípio.

Por outro lado, pela ausência de ilusão ou pelo excesso de desesperança que o conflito e a contemporaneidade trazem (GROYS, 2010), chegar a um sentido comum, como os teóricos da “nova” ou “velha” história almejam, é algo que parece distante diante de um presente conflituoso que se repete em suas disputas de terras e textos. Dito isto, o que parece possível se ter, são reviravoltas com giros de 180° (PAPPE, 2008) e/ou deslocamentos tangenciais inesperados, promovendo reescrituras das reescrituras sobre essa história.

De todo modo, se o presente e o conflito são imponderáveis e suscetíveis a questões conjunturais (ex: Sabra e Chatila) e específicas (ex: abertura de arquivos sionistas) como se viu, o futuro também pode ser da consonância, ou como diria Sivan (apud SCHVARZMAN, 2013), da narração *comum* no duplo sentido do termo: comum como aquilo que simplesmente aconteceu e como aquilo que se baseia em uma história partilhada por israelenses e palestinos, levando por fim, a uma solução futura e igualmente conjunta que ainda se encontra em aberto: a construção de dois Estados ou de um Estado binacional?

Mais do que analisar o conteúdo das narrativas e das possíveis razões acerca de seus movimentos, também passíveis de reflexões, o problema deste artigo, neste momento, é se debruçar sobre os conflitos entre a “nova” e a “velha” historiografia israelense a partir de certos conceitos¹⁰, entendendo-os como parte de uma disputa em si, ou seja, enquanto representantes (corruptíveis pelo presente) e produtores (corruptores do presente) do dilema Israel-palestino, em que as terras “escrevem” os textos e os textos escrevem as terras, como duas faces da mesma questão.

Referências

¹⁰ Tais como: narrativas de conflito (RESENDE, ROBALINHO, 2014), conflitos de narrativas, fluxo de reescritura e disputa de sentidos (GROYS, 2010).

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221.

CLEMESHA, E. Arlene. Da ideia de transferência à realização da limpeza étnica: contribuições da nova historiografia israelense e palestina. **PUCviva Revista**, v. 34, p. 6-12, jan./abr. 2009.

FINKELSTEIN, Norman. **A Indústria do Holocausto: Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 156 p.

GOMES, Aura. **A questão da Palestina e a Fundação de Israel**. 2001. 142f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759/pt-br.php>> Acesso em: 14 ago. 2015.

GROYS, Boris. Camaradas do tempo. In: **Caderno SESC videoBrasil**, v. 6. São Paulo: Edições SESC SP: Associação Cultural Vídeobrasil, 2010.

HIROKAWA, Ryuichi. **Beirute 1982: Da invasão Israelense ao massacre dos Palestinos nos campos de Sabra e Chatila**. 19--. 106 p. Publicado originalmente pelo Comitê AD HOC do Conselho Central da OLP em Sabra e Chatila.

MORRIS, Benny. **O novo livro de Ilan Pappé é espantoso**. Visão judaica, Paraná, n. 70, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.visaojudaica.com.br/Julho2008/artigos/11.html>> Acesso em: 14 ago. 2015.

NASSER, Salem. Prefácio à edição brasileira. In: SAID, Edward. **A questão da Palestina**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. Prefácio, p. VII-XV.

PAPPE, Ilan. **Israeli Myths & Propaganda: entrevista [2008]**. Haifa: Americans for a Just Peace in the Middle East, 2008. 1 Vídeo (106 min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=buIKKeygWBY>> Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. **Um Estado, dois Estados: soluções para o conflito Israel-Palestina**. São Paulo: Sefer, 2014. 279 p.

RESENDE, Fernando; ROBALINHO, Roberto. Eu, na fronteira dos teus olhos - sujeitos, territórios e resistência no conflito Israel/Palestina a partir de um filme de Aviv Mograbi. **Revista Eco-Pós (Online)**, v.17, p.1-13, 2014.

SAID, Edward. **A questão da Palestina**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. 355 p.

SCHVARZMAN, Sheila. Israel: Nova história e cinema pós-sionista. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22, 2013. Salvador-BA. **Anais...** Salvador: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2013. Disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1996.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.